

AJUSTE DIRETO

[Nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua atual redação]

CONVITE

AD/S.00016.2024

Prestação de serviços de trabalho especializado de engenharia civil, para acompanhamento e organização da execução de ramais de água e saneamento



CONVITE

No âmbito das disposições do Código dos Contratos Públicos, abreviadamente designado (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, a Presidente do Conselho de Administração, no exercício das competências que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração em reunião de 20.10.2021, com publicitação no Edital nº 1667/2022, do Diário da República, 2ª série, nº 216 de 09.11.2022 afixado em lugares públicos habituais, para realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços até 20 000,00 €, em conformidade com o disposto nos artigos 36.º, 38.º e n.º 2 do artigo 40.º todos do referido código, decidiu por despacho de 11.07.2024:

- contratar e autorizar a despesa;
- adotar o procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea d) do nº1 do artigo 20.º do CCP;
- aprovar as peças do procedimento.

Atento ao disposto no n.º 6 do artigo 113.º do diploma citado, decidiu, ainda convidar Vs. Ex.ªs a apresentar proposta nos termos do presente Convite e das disposições do Caderno de Encargos, em anexo.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, doravante designado por SMAS TV, com o NIF: 680015973, tel.: 261336500, e-mail: geral@smastv.pt e endereço internet (URL) www.smastv.pt com a morada no Edifício Multisserviços, Av. 5 de outubro, 2560-270 Torres Vedras.

2. OBJETO DO CONTRATO

O contrato visa a **prestação de serviços de trabalho especializado de engenharia civil, para acompanhamento e organização da execução de ramais de água e saneamento.**

3. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

A proposta e seus documentos, bem como todas as notificações e comunicações, entre as partes, são integralmente disponibilizadas por correio eletrónico através de um link enviado pela AcinGov.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1. No 1.º terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o/a interessado/a pode solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetadas, nos termos do artigo 50.º do CCP.

4.1.1. Nos termos do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidades de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o/a interessado/a não considere exequíveis.

4.2. Até ao termo do 2.º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o serviço de condução do processo, presta os esclarecimentos solicitados, e submete à consideração do Órgão competente para a decisão, os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.3. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência, bem como as eventuais retificações, aprovadas pelo Órgão competente para a decisão de contratar.

5. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Até às 23h59 do dia **15/07/2024**, a proposta e seus documentos, devem ser submetidos pelo link enviado por correio eletrónico pela AcinGov, extraídos de originais para formato PDF e assinados individualmente, preferencialmente, com assinatura digital do Cartão de Cidadão, pelo/a concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Para confirmação do poder da assinatura, deve ser juntamente enviada **Certidão da Conservatória do Registo Comercial** ou **código de acesso** à Certidão Permanente e Procuração (quando aplicável).

5.2. A proposta e os seus documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5.2.1. Em função de especificações técnicas das prestações dos contratos podem ser admitidos que documentos técnicos sejam redigidos em língua espanhola ou inglesa.

5.3. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

5.4. A proposta é obrigatoriamente constituída por todos os documentos referidos no número seguinte e nos moldes do exigido, sob pena de vir a ser excluída nos termos do artigo 146.º do CCP.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

6.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo do anexo I do CCP, na sua atual redação e em anexo ao presente convite;
- b) **Documento** nos moldes do anexo IV deste convite, onde conste:
 - Valor mensal;
 - Valor total, para todo o prazo contratual, indicado na cláusula 5ª do Caderno de Encargos (9 meses).

6.2. Sem prejuízo da apresentação dos documentos e elementos indicados, as entidades concorrentes poderão ainda associar outros documentos ou outras informações por os considerar indispensáveis, desde que, esses documentos ou elementos, **estejam única e exclusivamente relacionados com o objeto do presente procedimento, sob pena, da proposta poder vir a ser excluída, por configurar uma proposta variante.**

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Aquando da adjudicação, será solicitado à entidade adjudicatária para que no prazo de 5 (cinco) dias apresente reprodução dos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa:

- a) Declaração do Anexo II, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º ambos do CCP, na sua atual redação, elaborada em conformidade com o modelo anexo ao presente convite;
- b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ou, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo Serviço de Finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, ou se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documentos comprovativos em como a sociedade e os titulares dos órgãos sociais da administração não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, ou seja, **certificados do Registo Criminal da sociedade e de todos os órgãos sociais da gerência ou administração**, conforme a situação;
- e) Comprovativo da submissão da declaração, para efeitos do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), emitido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., do Ministério da Justiça, atento o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Regime Jurídico do RCBE, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação (quando aplicável).
- f) Comprovativo de seguro de acidentes de trabalho;
- g) Comprovativo de seguro de responsabilidade civil;
- h) Comprovativo da inscrição na ordem dos Engenheiros Técnicos.

7.2. Quando os documentos referidos estejam disponíveis na *Internet*, a entidade adjudicatária pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do *sítio* onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *sítios* e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

7.3. No caso da impossibilidade da emissão de alguns dos documentos referidos, poderão ser apresentados documentos equivalentes nos termos da faculdade prevista no artigo 83.º-A do CCP.

7.4. Caso o **adjudicatário** esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (entidade gestora (IMPIC), fica dispensado da apresentação dos documentos indicados nas alíneas b), c) e d) do número 7.1., do presente convite.

7.5. Caso venha a ser verificada alguma irregularidade no(s) documento(s) apresentado(s), será concedido pela entidade adjudicante um prazo **de mais 2 (dois) dias** para supressão das irregularidades.

7.6. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, com exceção daqueles que pela sua própria natureza ou origem se encontrem redigidos em língua estrangeira, caso em que devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

7.7. A não apresentação dos documentos conforme o exigido, bem como o não suprimento das irregularidades dentro dos prazos fixados, leva à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

7.8. No âmbito do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e nos mesmos moldes do número 7.1., deverá ainda ser apresentada **declaração de inexistência de impedimento**, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo III deste Convite.

8. CAUÇÃO

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP não será exigível a prestação da caução.

9. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O/A concorrente deverá manter a sua proposta pelo prazo mínimo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

11. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato será reduzido a escrito no âmbito do disposto no artigo 94.º do CCP, salvo nos casos previstos do artigo 95.º do CCP.

12.CONTAGEM DOS PRAZOS

À contagem dos prazos na fase de formação e de execução dos contratos é aplicado respetivamente o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

13.IMPEDIMENTOS

Não podem apresentar propostas as entidades, que à data da sua apresentação, se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º e do nº 6 do 113º do CCP.

14.PREVALÊNCIA

Em caso de divergência, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento.

15.LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação regulamentar.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, do CCP, na sua atual redação]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º] **na sua atual redação**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

[a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015 de 26.05 e o n.º 4 do artigo 69.º do CPA, aprovado pelo DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro]

... (Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), DECLARA, sob compromisso de honra, que a sua representada² **não possui qualquer impedimento** legal, no âmbito do procedimento administrativo atrás identificado previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

...(local),...(data), ... (assinatura)

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

(Nome) _____, com o numero de identificação n.º _____, com domicilio em _____, com número fiscal _____, venho por este meio apresentar a minha proposta ao procedimento para a **prestação de serviços de trabalho especializado de engenharia civil, para acompanhamento e organização da execução de ramais de água e saneamento**, com as seguintes condições:

- i. Valor mensal: _____
- ii. Valor Total: _____

Data: _____

Ass.: _____

ANEXO IV**ACORDO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM SUBCONTRATAÇÃO**

(Nos termos do artigo 28º, n.º 3 do RGPD)

PRIMEIRA: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, de ora em diante designados **SMASTV** ou **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO**, pessoa coletiva n.º 680.015.973, com sede no Edifício Multisserviços, sito na Avenida 5 de Outubro, 2560-270 Torres Vedras, representados por **Eng.ª Sandra de Oliveira Pedro**, contribuinte fiscal n.º 200.779.877, na qualidade de Diretora Delegada (em regime de substituição), no uso de poderes delegados, ao abrigo do despacho n.º I01764-202110-ADM de 20.10.2021.

E

SEGUNDO: _____, doravante designado de **SUBCONTRATANTE**, titular da cédula profissional n.º _____, com domicílio profissional em _____, contribuinte fiscal n.º _____.

Considerando que:

- a. Os **SMASTV** são responsáveis pelo tratamento de dados pessoais;
- b. O _____ (Identificação do SUBCONTRATANTE) é subcontratante, nos termos definidos no RGPD;
- c. No presente Acordo a sigla RGPD designa o REGULAMENTO (EU) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) ou outra legislação que lhe venha a suceder, devendo, nesse caso, adaptar-se as referências em conformidade;
- d. A definição de «responsável pelo tratamento», conforme o artigo 4.º, n.º 7 do RGPD é "a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento

ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.”;

- e. A definição de «Subcontratante», conforme o artigo 4.º, n.º 8, do RGPD é “*uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes*”;

As Partes acordam que:

Cláusula 1.ª **(Objeto e Âmbito)**

1. O presente acordo tem por objeto o estabelecimento das condições para o tratamento dos dados pessoais, na prestação de serviços intitulada “**Prestação de serviços de trabalho especializado de engenharia civil, para acompanhamento e organização da execução de ramais de água e saneamento**” contratada pela **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** ao **SUBCONTRATANTE**.
2. Através da contratação do serviço identificado no número anterior pretende-se dar acesso a dados para permitir ao prestador de serviços:
 - a. Gerir a informação e os procedimentos necessários à execução de ramais de água e saneamento.
 - b. Efetuar medições para a execução dos ramais;
 - c. Efetuar cálculos para os orçamentos dos ramais de água e saneamento superiores a 20 metros a remeter aos clientes;
 - d. Assessorar equipas de trabalho operacionais;
 - e. Analisar a viabilidade de execução de pequenos traçados de saneamento;
 - f. Dar o seu contributo para a definição de prioridades na execução dos trabalhos;
 - g. Acompanhar e fiscalizar empreitadas e prestações de serviços necessários à execução de prolongamentos e ramais de água e saneamento.

Cláusula 2.ª **(Duração do tratamento)**

O tratamento dos dados será efetuado desde o início do serviço identificado na cláusula anterior e enquanto durar o respetivo contrato de aquisição de serviço, sendo a sua duração até **30 de abril de 2025**.

Cláusula 3.ª

(Natureza e finalidade do tratamento)

A _____ (Identificação do SUBCONTRATANTE) é autorizado, pelos SMASTV, de documentos, informações, dados e relatórios relevantes, para prestar serviços de engenharia civil aos SMASTV.

Cláusula 4.ª

(Dados objeto de transmissão)

1. --- Para os efeitos do disposto na cláusula anterior o **SUBCONTRATANTE** acede aos seguintes dados relativos a clientes:
- a) Código de entidade.
 - b) Código de cliente.
 - c) Nome de cliente e de entidade.
 - d) Contacto telefónico.
 - e) Endereço de e-mail.
 - f)- Morada.
 - g) Localidade.

Cláusula 5.ª

(Segurança do tratamento)

O **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** e o **SUBCONTRATANTE** aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco.

Cláusula 6.ª

(Obrigações do SUBCONTRATANTE)

1. O **SUBCONTRATANTE** obriga-se a, durante a vigência do contrato de aquisição do serviço identificado na cláusula 1.ª, e após a sua cessação, a:
- a. Observar, escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e pela Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei;

- b. Manter a confidencialidade sobre todos os documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução do contrato, que se refiram aos SMASTV, aos/às seus/suas trabalhadores/as e clientes;
 - c. Prestar assistência aos SMASTV, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para o cumprimento das obrigações dos SMASTV de resposta aos pedidos de exercício dos direitos do titular de dados, previstos no capítulo III do RGPD.
2. Ao **SUBCONTRATANTE** cabem, em particular, as seguintes obrigações:
- a. Tratar os dados pessoais de acordo com as instruções documentadas dos SMASTV, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso os SMASTV desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;
 - b. Garantir que todos/as os/as seus/as representantes e colaboradores/as e demais pessoas por si autorizadas a tratar dados pessoais se vinculam validamente, através de um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - c. Adotar todas as medidas de segurança do tratamento, de acordo com o que for mais adequado ao caso:
 - i. a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iii. ter um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
 - d. Contratar outro subcontratante (subcontratante(s) ulterior(es)) apenas se os SMASTV, enquanto **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO**, o autorizarem por escrito, e desde que o(s) subcontratante(s) ulterior(es) respeite(m) todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD e da restante legislação relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais;
 - e. Prestar assistência aos SMASTV, em cumprimento do previsto nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, com as especificidades da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, no sentido de:
 - i. Assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento;

- ii. Permitir notificar a autoridade de controlo sem demora injustificada da violação de dados pessoais, devendo o **SUBCONTRATANTE**, se possível, no prazo máximo de 36 horas após ter tido conhecimento da mesma, informar os SMASTV, a menos que a violação de dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares e dos titulares;
 - iii. Adotar, de forma tempestiva, as demais medidas adequadas perante um incidente de violação de dados pessoais ou "Data Breach";
 - iv. Avaliar o impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
 - f. Eliminar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, eliminando as cópias existentes e certificar aos SMASTV que assim fez;
 - g. Disponibilizar aos SMASTV todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que sobre si impendem e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelos SMASTV ou por outro auditor por este mandatado; e
 - h. Comprometer-se a informar imediatamente os SMASTV se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.
3. O **SUBCONTRATANTE** é obrigado, nomeadamente e, em particular, no que respeita à finalidade para que foi autorizada a consulta, a:
- a. Limitar-se ao estritamente necessário.
 - b. Não utilizar a informação para outros fins.
 - c. Não transmitir a informação a terceiros.
 - d. Adotar as medidas de segurança necessárias para garantir a integridade e bom funcionamento da base de dados.
 - e. Não estabelecer qualquer forma de interconexão de dados pessoais, para além das previstas no presente acordo.

Cláusula 7.ª

(Obrigações em caso de subcontratação)

No caso de subcontratação pelo **SUBCONTRATANTE** para executar o presente acordo, fica a mesma vinculada, nomeadamente, a:

- a. Garantir a segurança do tratamento;

- b. Assegurar que as pessoas envolvidas assumem compromisso de confidencialidade;
- c. Dar conhecimento à **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** de todas as informações indispensáveis à demonstração do cumprimento das obrigações previstas no RGPD.

Cláusula 8.ª **(Comunicações)**

1. As comunicações ou notificações entre o **SUBCONTRATANTE** e à **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** revestirão a forma escrita, devendo ser privilegiada a via eletrónica.
2. Em caso de manifesta urgência, o Declarante poderá optar pela comunicação telefónica, devendo, logo que possível, ser reduzido a escrito qualquer ato ou decisão relativa à proteção e ao tratamento de dados pessoais.

Cláusula 9.ª **(Responsabilidade)**

O **SUBCONTRATANTE** assume a responsabilidade integral pelos prejuízos causados à **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** e aos titulares dos dados pessoais, resultantes do incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações previstas no presente acordo ou do RGPD, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, designadamente, em caso de violação da obrigação de confidencialidade ou dos crimes previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

Cláusula 10.ª **(Início e resolução do acordo)**

1. O presente acordo produz efeitos a partir da data da assinatura de ambas as partes.
2. As cláusulas do presente acordo são aplicáveis durante o período que se refere a Cláusula 2.ª do presente acordo, para a qual é necessário o tratamento de dados pessoais.
3. No período a que se refere a Cláusula 2.ª, as cláusulas do presente acordo só podem ser rescindidas se tiverem sido acordadas entre as partes outras cláusulas que regulem a prestação de serviços de tratamento de dados pessoais.
4. O incumprimento dos deveres previstos nas cláusulas 7.ª e 8.ª e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* é fundamento de resolução do presente acordo com justa causa.
5. A resolução do presente acordo implica a cessação imediata da autorização de acesso aos dados pessoais fornecidos pelos SMAS TV.

Cláusula 11.ª**(Prevalência)**

O disposto no presente Acordo prevalece sobre quaisquer disposições semelhantes contidas noutros acordos entre as partes.

Cláusula 12.ª**(Dúvidas e Omissões)**

A tudo em que este acordo seja omissivo, aplicam-se disposições do RGPD.

Cláusula 13.ª**(Legislação aplicável)**

A **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO** e o **SUBCONTRATANTE** comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais em vigor, nomeadamente o RGPD e a Lei 58/2019 de 8 de agosto, e a respeitar os Direitos dos Titulares dos Dados.

Torres Vedras, _____ 202__

Assinaturas

Pela Responsável pelo tratamento	Eng.ª Sandra Pedro _____ Primeiro e último nome	Diretora Delegada (em regime de substituição) _____ Título	_____ Assinatura
O Subcontratante	_____ Primeiro e último nome	_____ Título	_____ Assinatura